

## CAPÍTULO V

### RELAÇÕES SINTAGMÁTICAS E RELAÇÕES ASSOCIATIVAS

#### § 1. DEFINIÇÕES.

Assim, pois, num estado de língua, tudo se baseia em relações; como funcionam elas?

As relações e as diferenças entre termos lingüísticos se desenvolvem em duas esferas distintas, cada uma das quais é geradora de certa ordem de valôres; a oposição entre essas duas ordens faz compreender melhor a natureza de cada uma. Correspondem a duas formas de nossa atividade mental, ambas indispensáveis para a vida da língua.

De um lado, no discurso, os termos estabelecem entre si, em virtude de seu encadeamento, relações baseadas no caráter linear da língua, que exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo (ver p. 85). Estes se alinham um após outro na cadeia da fala. Tais combinações, que se apóiam na extensão, podem ser chamadas de *sintagmas*<sup>1</sup>. O sintagma se compõe sempre de duas ou mais unidades consecutivas (por exemplo: *re-ler, contra todos; a vida humana; Deus é bom; se fizer bom tempo, sairemos* etc.). Colocado num sintagma, um termo só adquire seu valor porque se opõe ao que o precede ou ao que o segue, ou a ambos.

(1) É quase inútil observar que o estudo dos *sintagmas* não se confunde com a *sintaxe* a sintaxe, como se verá adiante, p. 156 ss., não é mais que uma parte desse estudo. (Org.)

Por outro lado, fora do discurso, as palavras que oferecem algo de comum se associam na memória e assim se formam grupos dentro dos quais imperam relações muito diversas. Assim, a palavra francesa *enseignement* ou a portuguesa *ensino* fará surgir inconscientemente no espírito uma porção de outras palavras (*enseigner, renseigner* etc. ou então *armement, changement*, ou ainda *éducation, apprentissage*)<sup>2</sup>; por um lado ou por outro, tôdas têm algo de comum entre si.

Vê-se que essas coordenações são de uma espécie bem diferente das primeiras. Elas não têm por base a extensão; sua sede está no cérebro; elas fazem parte desse tesouro interior que constitui a língua de cada indivíduo. Chamá-las-emos *relações associativas*.

A relação sintagmática existe *in praesentia*; repousa em dois ou mais termos igualmente presentes numa série efetiva. Ao contrário, a relação associativa une termos *in absentia* numa série mnemônica virtual.

Dêsse duplo ponto de vista, uma unidade lingüística é comparável a uma parte determinada de um edifício, uma coluna, por exemplo; a coluna se acha, de um lado, numa certa relação com a arquitrave que a sustém; essa disposição de duas unidades igualmente presentes no espaço faz pensar na relação sintagmática; de outro lado, se a coluna é de ordem dórica, ela evoca a comparação mental com outras ordens (jônica, coríntia etc.), que são elementos não presentes no espaço: a relação é associativa.

Cada uma dessas duas ordens de coordenação exige algumas observações particulares.

#### § 2. AS RELAÇÕES SINTAGMÁTICAS.

Nossos exemplos da p. 142 dão já a entender que a noção de sintagma se aplica não só às palavras, mas aos grupos de palavras, às unidades complexas de toda dimensão e de toda

(\*) No caso da palavra portuguesa *ensino* ou *ensinamento*, as palavras associadas serão *ensinar*, e depois *armamento, desfiguramento*, etc., e por fim *educação, aprendizagem*, etc. (N. do T.).

espécie (palavras compostas, derivadas, membros de frase, frases inteiras).

Não basta considerar a relação que une entre si as diversas partes de um sintagma (por exemplo, *contra* e *todos* em *contra todos*, *contra* e *mestre* em *contramestre*); cumpre também levar em conta a que liga o todo com as diversas partes (por exemplo: *contra todos* oposto, de um lado, a *contra*, e de outro a *todos*, ou *contramestre* oposto, de um lado, a *contra* e de outro a *mestre*).

Poder-se-ia fazer aqui uma objeção. A frase é o tipo por excelência de sintagma. Mas ela pertence à fala e não à língua (ver p. 21); não se segue que o sintagma pertence à fala? Não pensamos assim. É próprio da fala a liberdade das combinações; cumpre, pois, perguntar se todos os sintagmas são igualmente livres.

Há, primeiramente, um grande número de expressões que pertencem à língua; são as frases feitas, nas quais o uso proíbe qualquer modificação, mesmo quando seja possível distinguir, pela reflexão, as partes significativas (cf. francês: *à quoi bon? allons donc!* etc.)<sup>1</sup>. O mesmo, ainda que em menor grau, ocorre com expressões como *prendre la mouche*, *forcer la main à quelq'un*, *rompre une lance*, ou ainda: *avoir mal à (la tête)*, *à force de (soins etc.)*, *que vous ensemble? pas n'est besoin de...* etc.<sup>2</sup> cujo caráter usual depende das particularidades de sua significação ou de sua sintaxe. Esses torneios não podem ser improvisados; são fornecidos pela tradição. Podem-se também citar as palavras que, embora prestando-se perfeitamente à análise, se caracterizam por alguma anomalia morfológica mantida unicamente pela força de uso (cf. o francês *difficulté* em comparação com *facilité* etc.; *mourrai* em comparação com *dormirai* etc.)<sup>3</sup>.

(1) Exemplos equivalentes em português seriam *de que adianta? com que então*, etc. (N. dos T.).

(2) Que corresponderiam, por exemplo, em português, a expressões como *estar de lua*, *forçar a mão*, *quebrar lanças* (em defesa de algo), *ter dó* (de alguém), *à força de* (cuidados, etc.), *não se faz mister*, *dar de mão a* (alguma coisa), etc. (N. dos T.).

(3) Exemplos equivalentes em português: *difficuldade* comparada com *facilidade*, *farei* e *poderei*. (N. dos T.).

Mas isso não é tudo: cumpre atribuir à língua e não à fala todos os tipos de sintagmas construídos sobre formas regulares. Com efeito, como não existe nada de abstrato na língua, esses tipos só existem quando a língua registrou um número suficientemente grande de espécimes. Quando uma palavra como o fr. *indecorable* ou port. *indeclinável* surge na fala (ver p. 194), supõe um tipo determinado e este, por sua vez, só é possível pela lembrança de um número suficiente de palavras semelhantes pertencentes à língua (*imperdoável*, *intolerável*, *infatigável* etc.). Sucede exatamente o mesmo com frases e grupos de palavras estabelecidos sobre padrões regulares; combinações como *a terra gira*, *que te disse* etc. respondem a tipos gerais, que têm, por sua vez, base na língua sob a forma de recordações concretas.

Cumpre reconhecer, porém, que no domínio do sintagma não há limite categórico entre o fato de língua, testemunho de uso coletivo, e o fato de fala, que depende da liberdade individual. Num grande número de casos, é difícil classificar uma combinação de unidades, porque ambos os fatores concorreram para produzi-la e em proporções impossíveis de determinar.

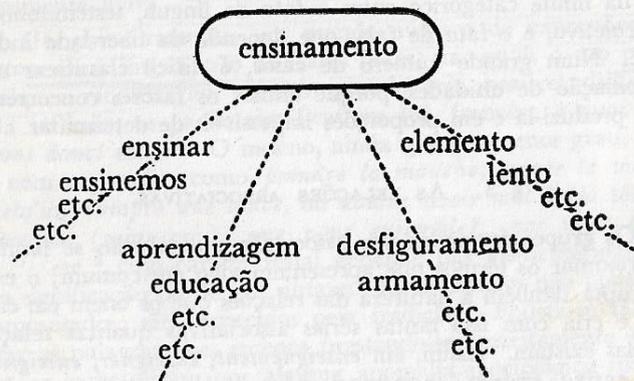
### § 3. AS RELAÇÕES ASSOCIATIVAS.

Os grupos formados por associação mental não se limitam a aproximar os termos que apresentem algo em comum; o espírito capta também a natureza das relações que os unem em cada caso e cria com isso tantas séries associativas quantas relações diversas existam. Assim, em *enseignement*, *enseigner*, *enseignons* etc. (*ensino*, *ensinar*, *ensinemos*), há um elemento comum a todos os termos, o radical; todavia, a palavra *enseignement* (ou *ensino*) se pode achar implicada numa série baseada em outro elemento comum, o sufixo (cf. *enseignement*, *armement*, *changement* etc.; *ensinamento*, *armamento*, *desfiguramento* etc.); a associação pode se fundar também apenas na analogia dos significados (*ensino*, *instrução*, *aprendizagem*, *educação* etc.) ou, pelo contrário, na simples comunidade das imagens acústicas (por exemplo *enseignement* e *justement*, ou *ensinamento* e *lento*)<sup>1</sup>.

(1) Este último caso é raro e pode passar por anormal, pois o espírito descarta naturalmente as associações capazes de perturbarem a in-

Por conseguinte, existe tanto comunidade dupla do sentido e da forma como comunidade de forma ou de sentido somente. Uma palavra qualquer pode sempre evocar tudo quanto seja suscetível de ser-lhe associado de uma maneira ou de outra.

Enquanto um sintagma suscita em seguida a idéia de uma ordem de sucessão e de um número determinado de elementos, os termos de uma família associativa não se apresentam nem em número definido nem numa ordem determinada. Se associarmos *desej-oso, calor-oso, medr-oso*, etc., ser-nos-á impossível dizer antecipadamente qual será o número de palavras sugeridas pela memória ou a ordem em que aparecerão. Um termo dado é como o centro de uma constelação, o ponto para onde convergem outros termos coordenados cuja soma é indefinida (ver a figura a seguir).



teligência do discurso; sua existência, porém, é provada por uma categoria inferior de jogos de palavras que se funda em confusões absurdas que podem resultar do homônimo puro e simples, como quando se diz em francês: "Les musiciens produisent les sons et les grainitiers les vendent" [ou, em português, "Os músicos produzem as notas e os perdulários as gastam"]. Cumpre distinguir este caso daquele em que uma associação, embora fortuita, se pode apoiar numa aproximação de idéias (cf. francês *ergot*: *ergoter*, alemão *blau*: *durchbläuen*, "moer de pancadas"); trata-se, no caso, de uma interpretação nova de um dos termos do par; são casos de etimologia popular (ver p. 202); o fato é interessante para a evolução semântica, mas do ponto de vista sincrônico cai simplesmente na categoria *ensinar*: *ensino* mencionada acima (Org.)

Entretanto, dêsse dois caracteres da série associativa, ordem indeterminada e número indefinido, somente o primeiro se verifica sempre; o segundo pode faltar. É o que acontece num tipo característico dêsse gênero de agrupamento, os paradigmas de flexão. Em latim, em *dominus, domini, domino* etc., temos certamente um grupo associativo formado por um elemento comum, o tema nominal *domin-*; a série, porém, não é indefinida como a de *enseignement, changement* etc.; o número dêsse casos é determinado, pelo contrário, sua sucessão não está ordenada especialmente, e é por um ato puramente arbitrário que o gramático os agrupa de uma maneira e não de outra; para a consciência de quem fala, o nominativo não é absolutamente o primeiro caso da declinação, e os termos poderão surgir nesta ou naquela ordem, conforme a ocasião.

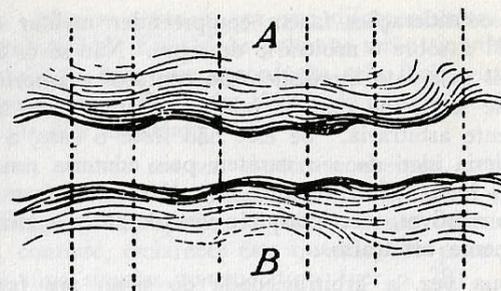
CAPÍTULO IV  
O VALOR LINGÜÍSTICO

§ 1. A LÍNGUA COMO PENSAMENTO ORGANIZADO  
NA MATÉRIA FÔNICA.

Para compreender por que a língua não pode ser senão um sistema de valores puros, basta considerar os dois elementos que entram em jôgo no seu funcionamento: as idéias e os sons.

✕ Psicologicamente, abstração feita de sua expressão por meio das palavras, nosso pensamento não passa de uma massa amorfa e indistinta. Filósofos e lingüistas sempre concordaram em reconhecer que, sem o recurso dos signos, seríamos incapazes de distinguir duas idéias de modo claro e constante. Tomado em si, o pensamento é como uma nebulosa onde nada está necessariamente delimitado. Não existem idéias preestabelecidas, e nada é distinto antes do aparecimento da língua.

Perante êsse reino flutuante, ofereceriam os sons, por si sós, entidades circunscritas de antemão? Tampouco. A substância fônica não é mais fixa, nem mais rígida; não é um molde a cujas formas o pensamento deve necessariamente acomodar-se, mas uma matéria plástica que se divide, por sua vez, em partes distintas, para fornecer os significantes dos quais o pensamento tem necessidade. Podemos, então, representar o fato lingüístico em seu conjunto, isto é, a língua, como uma série de subdivisões contíguas marcadas simultaneamente sobre o plano indefinido das idéias confusas (A) e sobre o plano não menos indeterminado dos sons (B); é o que se pode representar aproximadamente pelo esquema:



✕ O papel característico da língua frente ao pensamento não é criar um meio fônico material para a expressão das idéias, mas servir de intermediário entre o pensamento e o som, em condições tais que uma união conduza necessariamente a delimitações recíprocas de unidades. ✕ O pensamento, caótico por natureza, é forçado a precisar-se ao se decompor. Não há, pois, nem materialização de pensamento, nem espiritualização de sons; trata-se, antes, do fato, de certo modo misterioso, de o "pensamento-som" implicar divisões e de a língua elaborar suas unidades constituindo-se entre duas massas amorfas. Imagine-mos o ar em contato com uma capa de água: se muda a pressão atmosférica, a superfície da água se decompõe numa série de divisões, vale dizer, de vagas; são estas ondulações que darão uma idéia da união e, por assim dizer, do acoplamento do pensamento com a matéria fônica.

Poder-se-ia chamar à língua o domínio das articulações, tomando esta palavra no sentido definido na p. 18: cada termo lingüístico é um pequeno membro, um *articulus*, em que uma idéia se fixa num som e em que um som se torna o signo de uma idéia.

A língua é também comparável a uma fôlha de papel: o pensamento é o anverso e o som o verso; não se pode cortar um sem cortar, ao mesmo tempo, o outro; assim tampouco, na língua, se poderia isolar o som do pensamento, ou o pensamento do som; só se chegaria a isso por uma abstração cujo resultado seria fazer Psicologia pura ou Fonologia pura.

A Lingüística trabalha, pois, no terreno limítrofe onde os elementos das duas ordens se combinam; esta combinação produz uma forma, não uma substância.

Estas considerações fazem compreender melhor o que foi dito à p. 81 s. sobre o arbitrário do signo. Não só os dois domínios ligados pelo fato lingüístico são confusos e amorfos como a escolha que se decide por tal porção acústica para tal idéia é perfeitamente arbitrária. Se esse não fôsse o caso, a noção de valor perderia algo de seu caráter, pois conteria um elemento impôsto de fora. Mas, de fato, os valores continuam a ser inteiramente relativos, e eis porque o vínculo entre a idéia e o som é radicalmente arbitrário.

Por sua vez, a arbitrariedade do signo nos faz compreender melhor por que o fato social pode, por si só, criar um sistema lingüístico. A coletividade é necessária para estabelecer os valores cuja única razão de ser está no uso e no consenso geral: o indivíduo, por si só, é incapaz de fixar um que seja.

Além disso, a idéia de valor, assim determinada, nos mostra que é uma grande ilusão considerar um termo simplesmente como a união de certo som com um certo conceito. Defini-lo, assim seria isolá-lo do sistema do qual faz parte; seria acreditar que é possível começar pelos termos e construir o sistema fazendo a soma dêles, quando, pelo contrário, cumpre partir da totalidade solidária para obter, por análise, os elementos que encerra. Para desenvolver esta tese, colocar-nos-emos sucessivamente no ponto de vista do significado ou conceito (§ 2), do significante (§ 3) e do signo total (§ 4).

Não podendo captar diretamente as entidades concretas ou unidades da língua, trabalharemos sobre as palavras. Estas, sem recobrir exatamente a definição da unidade lingüística (ver p. 122), dão dela uma idéia pelo menos aproximada, que tem a vantagem de ser concreta; tomá-las-emos, pois, como espécimes equivalentes aos termos reais de um sistema sincrônico, e os princípios obtidos a propósito das palavras serão válidos para as entidades em geral.

## § 2. O VALOR LINGÜÍSTICO CONSIDERADO EM SEU ASPECTO CONCEITUAL.

Quando se fala do valor de uma palavra, pensa-se geralmente, e antes de tudo, na propriedade que tem de representar uma idéia, e nisso está, com efeito, um dos aspectos do valor

lingüístico. Mas se assim é, em que difere o valor do que se chama *significação*? Essas duas palavras serão sinônimas? Não o acreditamos, se bem que a confusão seja fácil, visto ser provocada menos pela analogia dos termos do que pela delicadeza da distinção que êles assinalam.

O valor, tomado em seu aspecto conceitual, constitui, sem dúvida, um elemento da significação, e é difícil saber como esta se distingue dêle, apesar de estar sob sua dependência. É necessário, contudo, esclarecer esta questão, sob pena de reduzir a língua a uma simples nomenclatura (ver p. 79).

Tomemos inicialmente, a significação tal como se costuma representá-la e tal como nós a representamos na p. 80 s. Ela não é, como o indicam as flechas da figura, mais que a contraparte da imagem auditiva. Tudo se passa entre a imagem auditiva e o conceito, nos limites da palavra considerada como um domínio fechado existente por si próprio.



Mas eis o aspecto paradoxal da questão: de um lado, o conceito nos aparece como a contraparte da imagem auditiva no interior do signo, e, de outro, este mesmo signo, isto é, a relação que une seus dois elementos, é também, e de igual modo, a contraparte dos outros signós da língua.

Visto ser a língua um sistema em que todos os termos são solidários e o valor de um resulta tão-somente da presença simultânea de outros, segundo o esquema:



como acontece que o valor, assim definido, se confunda com a significação, vale dizer, com a contraparte da imagem auditiva? Parece impossível assimilar as relações aqui representadas pelas flechas horizontais com aquelas representadas mais acima por flechas verticais. Dito de outro modo — para retomar a comparação da fôlha de papel que se corta (p. 131) — não ve-

mos por que a relação observada entre diversas porções A, B, C, D etc. há de ser distinta da que existe entre o anverso e o verso de uma mesma porção, seja A/A', B/B' etc.

Para responder a esta pergunta, verifiquemos inicialmente que, mesmo fora da língua, todos os valores parecem estar regidos por esse princípio paradoxal. Eles são sempre constituídos:

1.º por uma coisa *dessemelhante*, suscetível de ser *trocada* por outra cujo valor resta determinar;

2.º por coisas *semelhantes* que se podem *comparar* com aquela cujo valor está em causa.

Esses dois fatores são necessários para a existência de um valor. Dessarte, para determinar o que vale a moeda de cinco francos, cumpre saber: 1.º que se pode trocá-la por uma quantidade determinada de uma coisa diferente, por exemplo, pão; 2.º que se pode compará-la com um valor semelhante do mesmo sistema, por exemplo uma moeda de um franco, ou uma moeda de algum outro sistema (um dólar etc.). Do mesmo modo, uma palavra pode ser trocada por algo dessemelhante: uma idéia; além disso, pode ser comparada com algo da mesma natureza: uma outra palavra. Seu valor não estará então fixado, enquanto nos limitarmos a comprovar que pode ser "trocada" por este ou aquele conceito, isto é, que tem esta ou aquela significação; falta ainda compará-la com os valores semelhantes, com as palavras que se lhe podem opor. Seu conteúdo só é verdadeiramente determinado pelo concurso do que existe fora dela. Fazendo parte de um sistema, está revestida não só de uma significação como também, e sobretudo, de um valor, e isso é coisa muito diferente.

Alguns exemplos mostrarão que é de fato assim. O português *carneiro* ou o francês *mouton* podem ter a mesma significação que o inglês *sheep*, mas não o mesmo valor, isso por várias razões, em particular porque, ao falar de uma porção de carne preparada e servida à mesa, o inglês diz *mutton* e não *sheep*. A diferença de valor entre *sheep* e *mouton* ou *carneiro* se deve a que o primeiro tem a seu lado um segundo termo, o que não ocorre com a palavra francesa ou portuguesa.

No interior de uma mesma língua, tôdas as palavras que exprimem idéias vizinhas se limitam reciprocamente: sinônimos

como *recear*, *temer*, *ter medo* só têm valor próprio pela oposição; se recear não existisse, todo seu conteúdo iria para os seus concorrentes. Inversamente, existem termos que se enriquecem pelo contato com outros; por exemplo, o elemento novo introduzido em *décépit* ("un vieillard *décépit*", ver p. 98 s.) resulta da coexistência de *décépi* ("un mur *décépi*"). Assim, o valor de qualquer termo que seja está determinado por aquilo que o rodeia; nem sequer da palavra que significa "sol" se pode fixar imediatamente o valor sem levar em conta o que lhe existe em redor; línguas há em que é impossível dizer "sentar-se ao sol".

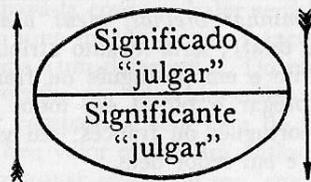
O que se disse das palavras aplica-se a qualquer termo da língua, por exemplo às entidades gramaticais. Assim o valor de um plural português ou francês não corresponde ao de um plural sânscrito, mesmo que a significação seja as mais das vezes idêntica: é que o sânscrito possui três números em lugar de dois (*meus olhos*, *minhas orelhas*, *meus braços*, *minhas pernas* etc. estariam no dual); seria inexato atribuir o mesmo valor ao plural em sânscrito e em português ou francês, pois o sânscrito não pode empregar o plural em todos os casos em que seria de regra em português ou francês; seu valor, pois, depende do que está fora e em redor dele.

Se as palavras estivessem encarregadas de representar os conceitos dados de antemão, cada uma delas teria, de uma língua para outra, correspondentes exatos para o sentido; mas não ocorre assim. O francês diz indiferentemente *louer* (*une maison*) e o português *alugar*, para significar dar ou tomar em aluguel, enquanto o alemão emprega dois termos *mieten* e *vermieten*; não há, pois, correspondência exata de valores. Os verbos *schätzen* e *urteilen* apresentam um conjunto de significações que correspondem, *grosso modo*, às palavras francesas *estimer* e *juger* ("avaliar" e "julgar"); portanto, sob vários aspectos, essa correspondência falha.

A flexão oferece exemplos particularmente notáveis. A distinção dos tempos, que nos é tão familiar, é estranha a certas línguas; o hebraico não conhece sequer a distinção, tão fundamental, entre o passado, o presente e o futuro. O protogermânico não tem forma própria para o futuro; quando se diz que o exprime pelo presente, fala-se imprópriamente, pois o valor de

um presente não é o mesmo em germânico e nas línguas que têm um futuro a par do presente. As línguas eslavas distinguem regularmente dois aspectos do verbo: o perfectivo representa a ação na sua totalidade, como um ponto, fora de todo devir; o imperfectivo mostra a ação no seu desenvolvimento e na linha do tempo. Essas categorias apresentam dificuldade para um francês ou para um brasileiro, pois suas línguas as ignoram; se elas estivessem predeterminadas, não seria assim. Em todos esses casos, pois, surpreendemos, em lugar de *idéias* dadas de antemão, *valôres* que emanam do sistema. Quando se diz que os valôres correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros tēmos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são.

Vê-se agora a interpretação real do esquema do signo. Assim:



quer dizer que em português um conceito "julgar" está unido à imagem acústica *julgar*; numa palavra, simboliza a significação; mas, bem entendido, esse conceito nada tem de inicial, não é senão um valor determinado por suas relações com outros valôres semelhantes, e sem eles a significação não existiria. Quando afirmo simplesmente que uma palavra significa alguma coisa, quando me atenho à associação da imagem acústica com o conceito, faço uma operação que pode, em certa medida, ser exata e dar uma idéia da realidade; mas em nenhum caso exprime o fato lingüístico na sua essência e na sua amplitude.

### § 3. O VALOR LINGÜÍSTICO CONSIDERADO EM SEU ASPECTO MATERIAL

Se a parte conceitual do valor é constituída unicamente por relações e diferenças com os outros tēmos da língua, pode-se

dizer o mesmo de sua parte material. O que importa na palavra não é o som em si, mas as diferenças fônicas que permitem distinguir essa palavra de tôdas as outras, pois são elas que levam a significação.

Isso surpreenderá, talvez; mas onde estaria, em verdade, a possibilidade do contrário? Já que não existe imagem vocal que responda melhor que outra àquilo que está incumbida de transmitir, é evidente, mesmo *a priori*, que jamais um fragmento de língua poderá basear-se, em última análise, noutra coisa que não seja sua não-coincidência com o resto. *Arbitrário e diferencial* são duas qualidades correlativas.

A alteração dos signos lingüísticos mostra bem esta correlação; é precisamente porque os tēmos *a* e *b* são radicalmente incapazes de chegar, como tais, até as regiões da consciência — a qual não percebe perpétuamente mais que a diferença *a/b* — que cada um dos tēmos fica livre de se modificar conforme leis estranhas à sua função significativa. O genitivo plural tcheco *žen* não é caracterizado por nenhum signo positivo (ver p. 102); todavia, o grupo de formas *žena*: *žen* funciona do mesmo modo que *žena*: *žen* que a precedeu; é que somente a diferença dos signos está em jôgo; *žena* vale unicamente porque é diferente.

Eis um outro exemplo que faz ver melhor ainda o que há de sistemático nesse jôgo de diferenças fônicas: em grego, *éphēm* é um imperfeito e *éstēn* um aoristo, embora estejam formados de modo idêntico; é que o primeiro pertence ao sistema do indicativo presente *phēmi*, "eu digo", enquanto que não há presente *\*stēmi*; ora, é justamente a relação *phēmi-éphēm* que corresponde à relação entre o presente e o imperfeito (cf. *deiknūmi-edeiknūn*) etc. Esses signos atuam, pois, não por seu valor intrínseco, mas por sua posição relativa.

Ademais, é impossível que o som, elemento material, pertença por si à língua. Ele não é, para ela, mais que uma coisa secundária, matéria que põe em jôgo. Todos os valôres convencionais apresentam esse caráter de não se confundir com o elemento tangível que lhes serve de suporte. Assim, não é o metal da moeda que lhe fixa o valor; um escudo, que vale nominalmente cinco francos, contém apenas a metade dessa importância em prata; valerá mais ou menos com esta ou aquela effigie, mais ou menos aquém ou além de uma fronteira política. Isso é ainda mais verdadeiro no que respeita ao significante lingüís-

tico; em sua essência, êste não é de modo algum fônico; é incorpóreo, constituído, não por sua substância material, mas unicamente pelas diferenças que separam sua imagem acústica de tôdas as outras.

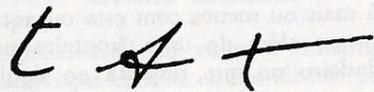
Esse princípio é tão essencial que se aplica a todos os elementos materiais da língua, inclusive os fonemas. Cada idioma compõe suas palavras com base num sistema de elementos sonoros cada um dos quais forma uma unidade claramente delimitada e cujo número está perfeitamente determinado. Mas o que os caracteriza não é, como se poderia crer, sua qualidade própria e positiva, mas simplesmente o fato de não se confundirem entre si. Os fonemas são, antes de tudo, entidades opositivas, relativas e negativas.

Prova-o a margem de ação de que gozam os falantes para a pronúncia, contanto que os sons continuem sendo distintos uns dos outros. Assim, em francês, o uso geral do *r* uvular (*grasseyé*) não impede que muitas pessoas usem o *r* ápico-alveolar (*roulé*); a língua não fica por isso prejudicada; ela não pede mais que a diferença e só exige, ao contrário do que se poderia imaginar, que o som tenha uma qualidade invariável. Posso até mesmo pronunciar o *r* francês como o *ch* alemão de *Bach, doch* etc., enquanto em alemão não poderia empregar o *ch* como *r*, pois esta língua reconhece os dois elementos e deve distingui-los. Do mesmo modo, em russo, não haveria margem para *t* ao lado de *t'* (*t* molhado), pois o resultado seria confundir dois sons diferenciados pela língua (cf. *govorit'*, "falar", e *govorit*, "êle fala"), mas em troca haverá uma liberdade maior do *th* (*t* aspirado), pois êsse som não está previsto no sistema de fonemas do russo.

Como se comprova existir idêntico estado de coisas nesse outro sistema de signos que é a escrita, nós o tomaremos como termo de comparação para esclarecer tôda a questão. De fato:

1.º os signos da escrita são arbitrários; nenhuma relação existe entre a letra *t* e o som que ela designa;

2.º o valor das letras é puramente negativo e diferencial; assim, a mesma pessoa pode escrever *t* com variantes tais como:



A única coisa essencial é que êste signo não se confunda em sua escrita, com o do *l*, do *d* etc.;

3.º os valôres da escrita só funcionam pela sua oposição recíproca dentro de um sistema definido, composto de um número determinado de letras. Esse caráter, sem ser idêntico ao segundo, está estreitamente ligado com êle, pois ambos dependem do primeiro. Como o signo gráfico é arbitrário, sua forma importa pouco, ou melhor, só tem importância dentro dos limites impostos pelo sistema;

4.º o meio de produção do signo é totalmente indiferente, pois não importa ao sistema (isso se deduz também da primeira característica). Quer eu escreva as letras em branco ou prêto, em baixo ou alto relêvo, com uma pena ou com um cinzel, isso não tem importância para a significação.

#### § 4. O SIGNO CONSIDERADO NA SUA TOTALIDADE.

Tudo o que precede equivale a dizer que *na língua só existem diferenças*. E mais ainda: uma diferença supõe em geral termos positivos entre os quais ela se estabelece; mas na língua há apenas diferenças *sem termos positivos*. Quer se considere o significado, quer o significante, a língua não comporta nem idéias nem sons preexistentes ao sistema lingüístico, mas somente diferenças conceituais e diferenças fônicas resultantes dêste sistema. O que haja de idéia ou de matéria fônica num signo importa menos que o que existe ao redor dêle nos outros signos. A prova disso é que o valor de um termo pode modificar-se sem que se lhe toque quer no sentido quer nos sons, unicamente pelo fato de um termo vizinho ter sofrido uma modificação (ver p. 134 s.).

Mas dizer que na língua tudo é negativo só é verdade em relação ao significante e ao significado tomados separadamente: desde que consideremos o signo em sua totalidade, achamo-nos perante uma coisa positiva em sua ordem. Um sistema lingüístico é uma série de diferenças de sons combinadas com uma série de diferenças de idéias; mas essa confrontação de um certo número de signos acústicos com outras tantas divisões feitas na massa do pensamento engendra um sistema de valôres; e é tal

sistema que constitui o vínculo efetivo entre os elementos fônicos e psíquicos no interior de cada signo. Conquanto o significado e o significante sejam considerados, cada qual à parte, puramente diferenciais e negativos, sua combinação é um fato positivo; é mesmo a única espécie de fatos que a língua comporta, pois o próprio da instituição lingüística é justamente manter o paralelismo entre essas duas ordens de diferenças.

Certos fatos diacrônicos são bastante característicos nesse aspecto: são inúmeros os casos em que a alteração do significante provoca a alteração da idéia e nos quais se vê que, em princípio, a soma das idéias distinguidas corresponde à soma dos signos distintivos. Quando dois termos se confundem por alteração fonética (por exemplo *décrépit* = *decrepitus* e *décrépi* de *crispus*), as idéias tenderão a confundir-se também, por pouco que se prestem a isso. Diferencia-se um termo (por exemplos, em francês *chaise* e *chaire*)? Infalivelmente, a diferença resultante tenderá a se fazer significativa, sem nem sempre consegui-lo na primeira tentativa. Inversamente, toda diferença ideal percebida pelo espírito busca exprimir-se por significantes distintos, e duas idéias que o espírito não mais distingue, tendem a se confundir no mesmo significante.

Quando se comparam os signos entre si — termos positivos — não se pode mais falar de diferença; a expressão seria imprópria, pois só se aplica bem à comparação de duas imagens acústicas, por exemplo *pai* e *mãe*, ou de duas idéias, por exemplo a idéia de “pai” e a idéia de “mãe”; dois signos que comportam cada qual um significado e um significante não são diferentes, são somente distintos. Entre eles existe apenas oposição. Todo o mecanismo da linguagem, que será tratado mais adiante, se funda em oposições desse gênero e nas diferenças fônicas e conceptuais que implicam.

O que é verdadeiro do valor o é também da unidade (ver p. 128). É um fragmento da cadeia falada correspondente a certo conceito; um e outro são de natureza puramente diferencial.

Aplicado à unidade, o princípio de diferenciação pode ser assim formulado: *os caracteres da unidade se confundem com a própria unidade.* Na língua, como em todo sistema semiológico-

co, o que distingue um signo é tudo o que o constitui. A diferença é o que faz a característica, como faz o valor e a unidade.

Outra consequência, bastante paradoxal, dêsse mesmo princípio: o que se chama comumente de um “fato de gramática”, responde, em última análise, à definição de unidade, pois exprime sempre uma oposição de termos; só que tal oposição resulta particularmente significativa, por exemplo a formação do plural alemão do tipo *Nacht* : *Nächte*. Cada um dos dois termos confrontados no fato gramatical (o singular sem metafoia e sem *e* final, oposto ao plural com metafoia e *-e*) está constituído por todo um jogo de oposições dentro do sistema; tomados isoladamente, nem *Nacht* nem *Nächte* são nada; logo, tudo é oposição. Dito de outro modo, pode-se expressar a relação *Nacht* : *Nächte* por uma fórmula algébrica  $a/b$  onde *a* e *b* não são termos simples, mas resultam cada um de um conjunto de relações. A língua é, por assim dizer, uma álgebra que teria somente termos complexos. Entre as oposições que abarca, há umas mais significativas que outras; mas unidade e “fato de gramática” são apenas nomes diferentes para designar aspectos diversos de um mesmo fato geral: o jogo das oposições lingüísticas. Isso é tão certo que se poderia muito bem abordar o problema das unidades começando pelos fatos de gramática. Apresentando-se uma oposição como *Nacht* : *Nächte*, perguntaríamos quais as unidades postas em jogo nessa oposição. São unicamente essas duas palavras ou toda a série de palavras análogas? Ou, então, *a* e *ã*? Ou todos os singulares e todos os plurais etc.?

Unidade e fato de gramática não se confundiriam se os signos lingüísticos fossem constituídos por algo mais que diferenças. Mas sendo a língua o que é, de qualquer lado que a abordemos, não lhe encontraremos nada de simples; em toda parte e sempre, esse mesmo equilíbrio de termos complexos que se condicionam reciprocamente. Dito de outro modo, *a língua é uma forma e não uma substância* (ver p. 131). Nunca nos penetraremos bastante dessa verdade, pois todos os erros de nossa terminologia, todas as maneiras incorretas de designar as coisas da língua provêm da suposição involuntária de que haveria uma substância no fenômeno lingüístico.